

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL - Nº 008/2017

1. PREÂMBULO

A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, por meio da **DIVISÃO DE COMPRAS – DCOM**, torna pública a realização de licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, tipo **MENOR PREÇO**, a fim de receber propostas, visando à **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de segurança e vigilância à Fundação Universitária Estadual de Mato Grosso do Sul**, conforme especificações determinadas neste documento e seus anexos e autorizada através do **Processo nº 29/500818/2016**.

A referida licitação será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, pelo Decreto nº 3.555/2000, Decreto Estadual nº: 11.676/2004 e, subsidiariamente, pela Lei Complementar nº 123/2006 e Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações e, ainda, demais especificações e condições constantes neste ato convocatório, bem como, pelas disposições da Lei nº 8.078/90 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor) e Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro) e pelas demais normas pertinentes ao objeto desta licitação.

1.1. Poderão participar deste **Pregão** as empresas do ramo que atenderem às exigências deste Edital e seus Anexos.

1.2. A Licitante deverá observar, rigorosamente, as datas e os horários limites para o recebimento e a abertura da proposta, atendendo para tanto os seguintes prazos:

1.2.1. As propostas serão recebidas a partir das **09 horas (horário do Mato Grosso do Sul), do dia 08 de novembro de 2017, pessoalmente, junto à Divisão de Compras, ou por correio com Aviso de Recebimento (AR), junto ao Setor de Protocolo da Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul**, ambas localizadas na Rodovia MS-162, Dourados/Itaum, Km 12, Cidade Universitária, Bloco A, Piso Térreo, CEP 79.804-970, neste município de Dourados/MS.

1.2.1.1. **Serão aceitas as propostas recebidas pela Divisão de Compras até a data limite de 20 de novembro de 2017, às 08 horas e 59 minutos (horário do Mato Grosso do Sul).**

1.2.2. A abertura da sessão do pregão terá início no **dia 20 de novembro de 2017, às 09 horas (horário do Mato Grosso do Sul)**, na **Sala de Licitação**, da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, localizada na Rodovia MS-162, Dourados/Itahum, Km 12, Cidade Universitária, CEP 79.804-970, neste município de Dourados/MS.

1.3. As despesas correrão por conta da seguinte classificação orçamentária:

FUNÇÃO PROGRAMÁTICA:	12.122.0046.2905.0001
NATUREZA DE DESPESA:	33903700 – Locação de mão de obra
ITEM:	33903703 – Vigilância Ostensiva
FONTE:	0100000000 – Recursos Ordinários do Tesouro

1.4. O **VALOR GLOBAL ANUAL** estimado para a presente licitação é de **R\$ 1.417.630,56 (um milhão quatrocentos e dezessete mil seiscientos e trinta reais e cinquenta e seis centavos)**, discriminados na seguinte forma:

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL - Nº 008/2017

LOTE	ITEM	QTD DE POSTOS	VALOR MENSAL UNITÁRIO	VALOR MENSAL GLOBAL	VALOR ANUAL GLOBAL
Único	01	1	R\$ 12.093,79	R\$ 12.093,79	R\$ 145.125,48
	02	3	R\$ 3.737,13	R\$ 11.211,39	R\$ 134.536,68
	03	7	R\$ 13.547,24	R\$ 94.830,68	R\$ 1.137.968,16

1.5. Os valores estimados representam o preço máximo que a Administração se dispõe a pagar pela aquisição dos bens/produtos, consideradas as estimativas de quantidades a serem fornecidas.

2. DO OBJETO

2.1. Constitui objeto deste Edital a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de segurança e vigilância ostensiva, preventiva e armada, predial e patrimonial, com postos de vigilância e segurança que possibilitem a ordem e preservação dos prédios da Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), tudo em conformidade com as quantidades e especificações contidas no Termo de Referência (Anexo I)** e demais anexos integrantes do presente Edital.

2.2. O objeto da presente licitação será composto por um único Lote com 03 (três) Itens, discriminados da seguinte forma:

Lote	Item	Descritivo	Quant. de Postos
Único	01	Posto de serviço durante 12 (doze) horas diurnas , com início às 06h e término às 18h, <u>de segunda à domingo, incluindo feriados e pontos facultativos</u> , envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas	01 (um)
	02	Posto de serviço durante 12 (doze) horas diurnas , com início às 06h e término às 18h, <u>apenas aos sábados, domingos, feriados e pontos facultativos</u> , envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas	03 (três)
	03	Posto de serviço durante 12 (doze) horas noturnas , com início às 18h e término às 06h, <u>de segunda à domingo, incluindo feriados e pontos facultativos</u> , envolvendo 2 (dois) vigilantes em turnos de 12 (doze) x 36 (trinta e seis) horas	07 (sete)

2.3. Todas as demais especificações e exigências do objeto estão discriminadas no Termo de Referência (Anexo I), devendo ser obrigatoriamente respeitadas no momento da formulação da proposta.

2.4. O prazo de início de execução dos serviços será de até **48 (quarenta e oito) horas**, contados a partir do recebimento da Ordem de Execução de Serviço/Fornecimento, ou outro instrumento equivalente, para a efetivação da entrega/início da execução do objeto licitado, sob pena de decair do direito ao cumprimento do mesmo, sem prejuízo das sanções previstas no presente documento;

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que atendam todas as exigências deste edital e seus anexos.

3.2. Será concedido tratamento favorecido para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006, desde que, devidamente comprovada sua condição, **mediante a apresentação de Certidão da Junta Comercial**.

3.3. Não poderão participar da presente licitação as empresas que:

3.3.1. Encontrarem-se em situação de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução, liquidação;

3.3.2. Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativamente ou judicialmente;

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL - Nº 008/2017

- 3.3.3. Estiverem suspensas para participar de licitações e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e/ou Municipal;
- 3.3.4. Forem declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública Federal, Estadual e/ou Municipal;
- 3.3.5. Estejam constituídas sob a forma de consórcio;
- 3.3.6. Encontrem-se sob o controle de um mesmo grupo de pessoas físicas ou jurídicas;
- 3.3.7. Estejam enquadradas nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III do artigo 9º, da Lei Geral das Licitações (Lei nº 8.666/93).
- 3.3.8. Possuam como Sócio Majoritário, Administrador, Dirigente, Diretor, Representante, Procurador e/ou Responsável Técnico, **Servidor do Quadro Permanente ou Comissionado** da Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS;
- 3.3.9. Possuam como Sócio Majoritário, Administrador, Dirigente, Diretor, Representante, Procurador e/ou Responsável Técnico, **Cônjuge, Companheiro(a), Ascendente, Descendente e/ou Colateral, até o terceiro grau, por consanguinidade ou afinidade**, de Servidor do Quadro Permanente ou Comissionado da Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS.

4. DO CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES

4.1. No local, data e horário indicado no item 1.2.2 e na presença do (a) Pregoeiro (a) será realizado o credenciamento dos interessados mediante a apresentação de documento de credenciamento que o autorize a participar deste certame, juntamente com Cédula de Identidade ou equivalente, bem como, **a Declaração para Credenciamento (Anexo IV), em separado dos envelopes** “Proposta de Preços” e “Documentos de Habilitação”.

4.2. O credenciamento far-se-á através de instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida, ou outro documento que comprove os necessários poderes especiais para formular ofertas e lances de preços, e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Licitante.

4.2.1. No caso de sócio, proprietário ou dirigente da empresa Licitante, deverá ser apresentada **cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social juntamente com as alterações que comprovem sua capacidade de representação legal**, com expressa previsão dos poderes para exercício de direitos e assunção de obrigações. Em caso de administrador eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição. **Os referidos documentos deverão estar devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas, conforme o caso.**

4.2.2. No caso de procurador, deverá ser apresentado **instrumento público ou particular de procuração, com firma reconhecida do dirigente, sócio ou proprietário da empresa** Licitante, devendo ser apresentada, ainda, cópia autenticada do respectivo Estatuto ou Contrato Social acompanhado da última alteração estatutária ou contratual e ata de eleição da Diretoria em exercício, na qual estejam expressos os poderes do signatário para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, em especial, para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

4.2.3. Para fins de credenciamento, os documentos exigidos nos subitens 4.2.1 e 4.2.2 poderão ser apresentados em vias originais, acompanhados do documento de identificação dos representantes.

4.3. No momento do credenciamento a Licitante deverá apresentar:

4.3.1. **Declaração para Credenciamento** dando **ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação** (art. 4º, inciso VII, Lei 10.520/2002 e art. 8º, inciso V do Decreto Estadual nº 11.674/04)

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL - Nº 008/2017

e de que entrega os envelopes nº 01 e 02, contendo os Documentos para Habilitação e a Proposta de Preço, conforme modelo contido no Anexo IV deste edital.

4.3.2. Declaração dando ciência de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, conforme modelo contido no Anexo IV, a qual deverá estar devidamente assinada pelo administrador da empresa.

4.3.3. Declaração de ME ou EPP (Anexo VI) assinada conjuntamente pelo representante legal da empresa Licitante e por um profissional habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade (CRC), **apenas para as empresas que desejarem usufruir dos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006**, comprovando que estão registradas na condição de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP).

4.3.3.1. A apresentação da declaração mencionada no subitem anterior é facultativa e deverá ser entregue tão-somente pelas Licitantes efetivamente enquadradas que pretendam se beneficiar do regime legal diferenciado e que não tenham sido alcançadas por alguma hipótese de exclusão do tratamento jurídico diferenciado.

4.3.3.2. A participação em licitação na condição de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), sem que haja o enquadramento nessas categorias, ensejará a aplicação das sanções previstas em Lei e a exclusão do regime de tratamento diferenciado. O Pregoeiro poderá realizar diligências para verificar a veracidade da declaração.

4.4. Todos os documentos referidos nos subitens anteriores, necessários para o Credenciamento da Licitante, deverão ser apresentados **FORA DE QUALQUER ENVELOPE**.

4.4.1. A ausência do Credenciamento a qualquer das fases do certame será interpretada como **desistência da prática dos atos a serem realizados** no referido momento.

4.5. Cada credenciado poderá representar somente uma licitante, salvo, nos casos de representação para lotes distintos.

4.5.1. Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, as empresas controladas ou controladoras da mesma ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica como sócia.

4.6. A empresa proponente somente poderá se pronunciar por meio de seu representante credenciado e ficará responsável pelas declarações e manifestações do mesmo.

ATENÇÃO!

4.7. Toda a documentação exigida para o certame deverá ser apresentada em **cópia legível, devidamente autenticada** por cartório competente ou por servidor da Administração, ou publicação em órgão da imprensa oficial, e/ou documento disponível na Internet, no SITE oficial do órgão emissor. Documentos em fac-símile não serão aceitos.

4.8. Os documentos solicitados deverão estar no prazo de validade neles previstos. Na ausência de menção ao término da validade do documento será considerado como sendo de até **60 (sessenta) dias**, contados da data de sua emissão.

5. DA LICITAÇÃO

ATENÇÃO!

5.1. Para efeito de julgamento, a presente licitação será do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**.

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL - Nº 008/2017

- 5.1.1. Os valores de referência são aqueles especificados no subitem 1.4 do presente Edital.
- 5.2. Os interessados deverão apresentar 02 (dois) envelopes fechados de forma a não permitir sua violação, até a data e horário estipulados para a entrega das propostas, cada um deles correspondendo a uma fase do processo licitatório. Os envelopes das empresas participantes deverão ser devidamente identificados, conforme segue:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL
DIVISÃO DE COMPRAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017

LOTE --- (---)

EMPRESA PROPONENTE: _____

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL
DIVISÃO DE COMPRAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017

LOTE --- (---)

EMPRESA PROPONENTE: _____

5.3. DA ENTREGA DOS ENVELOPES:

5.3.1. O prazo para a entrega dos envelopes 01 e 02, respectivamente, Proposta de Preços e Documentos para Habilitação, encerrar-se-á às **08:59 horas do dia 20 de novembro de 2017 (horário do MS)**.

5.3.2. O local de entrega será a **Divisão de Compras**, Bloco A, da Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, localizada na Cidade Universitária de Dourados, Rodovia Dourados/Itaum, Km 12, Caixa Postal 351, CEP 79804-970, Dourados/MS.

5.3.3. Será aceita a remessa dos envelopes, através dos correios, **com Aviso de Recebimento (AR)**, desde que entregues até o dia e hora marcados no item 5.3.1. Neste caso, os envelopes deverão estar acondicionados num **terceiro envelope**, postados para o seguinte endereço e identificação.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MATO GROSSO DO SUL

DIVISÃO DE COMPRAS

Cidade Universitária de Dourados, Rodovia Dourados/Itaum, Km 12, Caixa Postal 351,
CEP 79804-970, Dourados/MS

Pregão Presencial n. 008/2017

A/C PREGOEIRO GUSTAVO PONCIANO SOARES

ATENÇÃO!!!

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL - Nº 008/2017

ESTE ENVELOPE CONTÉM DOCUMENTOS REFERENTES À EXECUÇÃO DE LICITAÇÃO E SOMENTE PODE SER ABERTO PELOS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA UEMS.

6. DAS PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A Proposta deverá ser apresentada no ENVELOPE Nº 01, elaborada em papel timbrado da empresa, em conformidade com o Modelo de Proposta (Anexo III) do presente Edital, devendo ser observado o seguinte:

6.1.1. **Deverá conter pelo menos na última folha:** Razão social/Nome, CNPJ/CPF e inscrição estadual da Licitante;

6.1.2. **Deverá conter pelo menos na última folha,** data e assinatura do Representante Legal da Licitante;

6.1.2.1. **As demais folhas deverão** ser rubricadas, vistas ou assinadas pelo Representante Legal da Licitante;

6.1.3. Deverá conter o número do pregão e processo licitatório, bem como, os dados de contato da Licitante (Endereço, e-mail, telefones, etc);

6.1.4. Deverá conter todos os dados bancários (Nome do banco, número da agência e número da conta corrente) para fins de recebimento dos pagamentos

6.1.5. Deverá conter o **valor mensal unitário do item, valor mensal total do item, valor global anual do item e os valores global mensal e anual do lote**, todos expressos em moeda corrente nacional, em algarismos arábicos e por extenso, sendo os valores numéricos calculados com **02 (duas) casas decimais após a vírgula**, arredondando-se o remanescente;

6.1.5.1. Havendo divergência entre os valores apresentados em algarismos arábicos e por extenso, prevalecerão aqueles apresentados por extenso.

6.1.6. A proposta deverá conter, ainda:

6.1.6.1. **A descrição detalhada** do objeto, inclusive com a indicação da marca e/ou modelo, quando existentes;

6.1.6.2. Prazo de início de execução dos serviços, **conforme disposto no subitem 2.4** do presente Edital de convocação;

6.1.6.3. Prazo de validade da proposta **não inferior a 60 (sessenta) dias**;

6.1.7. A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pela Licitante ou seu representante legal.

6.1.8. **A proposta deverá trazer a indicação dos Sindicatos, Acordos e/ou Convenções Coletivas de Trabalho ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e que foram consideradas no momento da elaboração da proposta;**

6.2. Também deverá ser entregue dentro do Envelope nº 01, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO:

6.2.1. **Planilhas de Custos, compostas por:**

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL - Nº 008/2017

- 6.2.1.1. **Planilha – Composição dos custos referentes à mão-de-obra**, conforme **Anexo IV-A.1, IV-A.2 e IV-A.3** do presente Edital;
- 6.2.1.2. **Planilha – Quadro-Resumo do Custo por Empregado**, conforme **Anexo IV-B** do presente Edital;
- 6.2.1.3. **Planilha – Valor Mensal dos Serviços**, conforme **Anexo IV-C** do presente Edital;
- 6.2.1.4. **Planilha – Detalhamento do custo dos uniformes, materiais e equipamentos**, conforme **Anexo IV-D** do presente Edital;
- 6.2.1.5. Todos os dados informados pela Licitante em suas Planilhas deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.
- 6.2.1.6. **Divergências de cálculos** no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pela Licitante, ou corrigida pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.
- 6.2.1.7. Caso a planilha necessite de correções devido a divergências nos cálculos, será considerado o de menor valor.
- 6.2.1.8. Não serão admitidas alterações nos itens e quantidades especificados na planilha que fora disponibilizada pela Administração, caso sejam constatadas alterações em itens e materiais, a empresa será desclassificada.
- 6.2.2. **Declaração de que a proposta está em conformidade com as exigências do presente Edital e seus anexos, tendo sido elaborada de forma independente**, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 16 de setembro de 2009, conforme modelo do **Anexo VII**, deste Edital;
- 6.2.2.1. Este documento pode ser apresentado dentro ou fora do envelope, acarretando desclassificação da empresa Licitante apenas a sua não apresentação.
- 6.2.3. **Declaração de Vistoria Técnica, conforme Anexo VIII do presente Edital, devidamente assinada pelo representante legal da licitante, bem como, por servidor(es) da UEMS designado para esse fim;**
- 6.2.3.1. As Licitantes **deverão, obrigatoriamente, vistoriar as Unidades Universitárias relacionadas no Termo de Referência (Anexo I), em até 01 (um) dia útil antes da data de abertura da sessão do pregão**, devendo o agendamento ser realizado conforme especificações contidas no **Termo de Referência (Anexo I)** do presente Edital;
- 6.2.3.2. A vistoria prévia constitui condição para análise e avaliação dos locais de prestação de serviço, bem como, das condições e grau de dificuldade existentes, não sendo aceitas quaisquer alegações posteriores para se omitir de obrigações contratuais ou das exigências contidas neste documento e seus anexos;
- 6.2.3.3. O prazo para realização da Vistoria Técnica iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do presente Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura dos envelopes;
- 6.2.3.4. **A não realização da vistoria implicará na desclassificação da Licitante;**
- 6.2.3.5. Em nenhuma hipótese a Administração aceitará posteriores alegações com base em desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimento de quaisquer detalhes da vistoria, devendo a empresa vencedora do certame assumir os ônus dos serviços decorrentes.

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL - Nº 008/2017

6.2.4. **Declaração** de que possui quadro de funcionários em número suficiente para a regular execução do serviço prestado, bem como, que se compromete a fornecer todos os materiais e insumos necessários, conforme **Anexo IX** do presente Edital.

6.2.5. **Ficha Cadastral**, nos moldes do **Anexo XIII-A ou XIII-B** do presente Edital, conforme o caso.

6.2.6. A Licitante deverá apresentar também em mídia digital (CD, DVD e/ou Pen Drive), **sob pena de desclassificação**, os seguintes documentos devidamente preenchidos: Modelo de Proposta (Anexo III), Planilhas de Custo (Anexo IV-A.1, IV-A.2, IV-A.3, IV-B, IV-C e IV-D) e Ficha Cadastral (Anexo XIII-A e/ou XIII-B);

6.3. Havendo dúvidas quanto às características do objeto ofertado pela Licitante, o Pregoeiro ou o responsável pela análise técnica poderá efetuar diligências para confirmações e esclarecimentos.

6.4. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital.

6.5. É de inteira responsabilidade da proponente o preço e demais condições apresentadas.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Para fins de Habilitação, a proponente deverá apresentar no ENVELOPE Nº 02, todos os documentos abaixo discriminados, sob pena de inabilitação.

7.1.1. Documentos relativos à REGULARIDADE JURÍDICA:

7.1.1.1. **Cédula de Identidade** do proprietário, dos sócios ou do(s) diretor(es);

7.1.1.2. **Registro na Junta Comercial**, no caso de empresário individual;

7.1.1.3. **Ato constitutivo, estatuto ou contrato social** e suas alterações posteriores ou instrumento consolidado, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresariais e, no caso de sociedade de ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus administradores;

7.1.1.4. **Inscrição do ato constitutivo**, no caso de sociedade civis, acompanhada de prova da investidura ou nomeação da diretoria em exercício;

7.1.1.5. **Decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2. Documentos relativos à REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

7.1.2.1. Prova de inscrição no **Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ)**, junto a Receita Federal;

7.1.2.2. Prova de inscrição no **Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL - Nº 008/2017

- 7.1.2.3. Prova de regularidade fiscal, através de **Certidão Negativa de Débito (CND)**, para com a **Fazenda Federal, Estadual e Municipal** do domicílio ou sede da Licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 7.1.2.4. Prova de situação regular com o FGTS, através do **Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)**, junto a Caixa Econômica Federal (CEF), conforme Lei nº 8.036/90;
- 7.1.2.5. Prova de regularidade Trabalhista mediante apresentação da **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT** (Lei nº 12.440 de 07/07/2011);
- 7.1.2.6. A comprovação da regularidade fiscal deverá ser efetuada mediante a apresentação das certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.
- 7.1.2.7. Caso a Licitante detentora do menor preço seja Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 7.1.2.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeitos de negativas;
- 7.1.2.7.2. O prazo para normalização da regularidade fiscal **não se aplica** aos documentos relativos à habilitação jurídica e à qualificação técnica e econômico-financeira, bem como ao cumprimento do disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- 7.1.2.7.3. Não havendo a regularização da documentação fiscal, no prazo previsto no subitem 7.1.2.7.1 ocorrerá a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação vigente, facultada à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato ou revogar, se for o caso, a licitação.

7.1.3. Documentos relativos à QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- 7.1.3.1. **Demonstrações Contábeis** do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, compostas do **Balanco Patrimonial**, com **Termo de Abertura e Encerramento**, devidamente registrado na **Junta Comercial da localidade de domicílio ou sede da Licitante**, e da **Demonstração de Resultado do Exercício**, que comprovem a existência de **Patrimônio Líquido de, no mínimo, 10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação, vedada a sua substituição por balancete ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- 7.1.3.1.1. Quando se tratar de pessoa jurídica constituída sob a forma de sociedade anônima, admitir-se-á a apresentação do balanço devidamente registrado acompanhado da cópia da respectiva publicação na Imprensa Oficial.
- 7.1.3.1.2. As sociedades criadas no exercício em curso deverão apresentar fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante.

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL - Nº 008/2017

7.1.3.1.3. **As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** também deverão apresentar a documentação constante do subitem 7.1.3.1.

7.1.3.1.4. O Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis **deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente**, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

7.1.3.2. A boa situação financeira será avaliada pelos **Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG)**, maiores que 01 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGÍVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

7.1.3.2.1. Os cálculos deverão ser apresentados em **Memorial de Cálculo separado do balanço patrimonial**, com carimbo e assinatura do Contador ou de outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

7.1.3.3. **Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro** (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, **no mínimo 16,66% (dezesesse virgula sessenta e seis por cento)** do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

7.1.3.4. **Declaração do Licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos**, conforme modelo constante do **Anexo XI** do presente Edital, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data da apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido da Licitante;

7.1.3.4.1. **A Declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE)**, relativa ao último exercício social;

7.1.3.4.2. Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, a Licitante deverá apresentar justificativas;

7.1.3.5. **Certidão Negativa de Falência, Recuperação Judicial ou Extrajudicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

7.1.4. Documentos relativos à QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.1.4.1. **Registro ou inscrição** na entidade competente da região a que estiver vinculada a Licitante, que comprove atividade relacionada com o objeto do presente Pregão, quando for o caso.

7.1.4.2. **Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação**, por meio da apresentação de **Atestados** fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL - Nº 008/2017

7.1.4.2.1. No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresa pertencentes ao mesmo grupo empresarial proponente.

7.1.4.2.2. Os atestados referir-se-ão a contratos já concluídos ou que já tenham decorrido, no mínimo, um ano do início de sua execução, exceto se houver sido firmado para ser executado em prazo inferior.

7.1.4.2.3. **Os atestados deverão ser apresentados, preferencialmente, em conjunto com os contratos a que se referirem.**

7.1.4.2.4. A Licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados.

7.1.5. DECLARAÇÕES DE HABILITAÇÃO:

7.1.5.1. **Declaração** de que recebeu os documentos e de que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme **Anexo X** do presente Edital.

7.1.5.2. **Declaração** de que está ciente e concorda com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e seus anexos, conforme modelo do **Anexo X**, deste Edital;

7.1.5.3. **Declaração** de que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, estando ciente de sua obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo do **Anexo X**, deste Edital;

7.1.5.4. **Declaração** de que a Licitante não possui, em seu quadro, trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, e que em nenhuma hipótese emprega trabalhadores menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, na forma do disposto no art. 27, inciso V da Lei 8.666/93 e inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo do **Anexo X**, deste Edital;

7.1.5.5. **Declaração** da Licitante de que não possui como Sócio Majoritário, Administrador, Dirigente, Diretor, Representante, Procurador e/ou Responsável Técnico, **Servidor do Quadro Permanente ou Comissionado** da Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), conforme modelo do **Anexo X**, deste Edital, devendo esta ser assinada pelo Representante Legal da empresa.

7.1.5.6. **Declaração** da Licitante de que não possui como Sócio Majoritário, Administrador, Dirigente, Diretor, Representante, Procurador e/ou Responsável Técnico, **Cônjuge, Companheiro (a), Ascendente, Descendente e/ou Colateral, até o terceiro grau, por consanguinidade ou afinidade**, de Servidor do Quadro Permanente ou Comissionado da Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS), conforme modelo do **Anexo X**, deste Edital, devendo esta ser assinada pelo Representante Legal da empresa.

7.1.5.7. **Declaração** da Licitante de que todos os custos operacionais, incidências fiscais, encargos financeiros, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no cumprimento do objeto da presente licitação, correrão às suas expensas, conforme modelo do **Anexo X**, deste Edital, devendo esta ser assinada pelo Representante Legal da empresa.

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL - Nº 008/2017

7.2. Os documentos solicitados deverão estar no prazo de validade neles previstos. Na ausência de menção ao término da validade do documento será considerado como sendo de até **60 (sessenta) dias**, contados da data de sua emissão.

7.3. Os documentos que integram o **Certificado de Registro Cadastral (CERCA)**, emitido pelo **Cadastro Central de Fornecedores do Estado de Mato Grosso do Sul (CCF/MS)**, na forma do Decreto Estadual n. 14.201, de 01 de junho de 2015, bem como, o **Certificado de Registro Cadastral (CRC)**, emitido pelo **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF)**, na forma do Decreto nº 4.485, de 25 de novembro de 2002 e da Instrução Normativa nº 02, de 11 de outubro de 2010, **desde que estejam atualizados e válidos**, poderão ser substituídos por estes.

7.3.1. O CERCA ou CRC deverão vir acompanhados de **Declaração da Licitante, comprometendo-se a informar**, a qualquer tempo, sob **pena de inabilitação**, a existência de **fatos e/ou eventos supervenientes impeditivos à sua habilitação**, devidamente assinada pelo representante legal da Licitante, nos termos do modelo constante no **Anexo IX** do presente edital.

7.3.2. As certidões apresentadas pela Licitante que não tragam sua validade expressa serão consideradas como válidas por **60 (sessenta) dias da data de expedição**.

7.4. Não serão aceitos documentos e/ou certificados:

7.4.1. Com data de validade vencida;

7.4.2. Subscritos por mandatário não habilitado legalmente para representar a Licitante.

8. DA ABERTURA E ENCERRAMENTO DA SESSÃO

8.1. ABERTURA E SELEÇÃO DAS PROPOSTAS:

8.1.1. No dia, hora e local designado no preâmbulo do Edital, será aberta a sessão pública para processamento do pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame e recebimento dos Envelopes nº 01 (Propostas de Preços) e nº 02 (Documentos de Habilitação).

8.1.2. O prazo para a entrega dos envelopes se encerra na data e horário estabelecidos no subitem 1.2.1.1 do presente Edital. **Após esse prazo não serão aceitos novos interessados.**

8.1.3. O Pregoeiro procederá a **abertura do Envelope nº 01**, contendo a Proposta de Preço, ordenando-a em ordem crescente de preço.

ATENÇÃO!

8.1.4. **Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:**

8.1.4.1. **Apresentar preço manifestamente inexequível;**

8.1.4.2. **Apresentar proposta em desconformidade com os requisitos previstos neste Edital e seus anexos;**

8.1.4.3. **Deixar de apresentar, no todo ou em parte, os documentos exigidos por este Edital e seus anexos.**

8.1.5. **Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor/percentual zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos**, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria Licitante, para os quais ela renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL - Nº 008/2017

8.1.6. Se houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no §3º, do art. 29, da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

8.1.7. **Após a classificação das propostas apresentadas, o Pregoeiro selecionará as propostas para a fase de lances**, observando os seguintes critérios:

8.1.7.1. Seleção da proposta de menor valor e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

8.1.7.2. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas na condição definida no subitem anterior serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três), quaisquer que sejam os preços ofertados. Em havendo empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de Licitantes.

8.1.8. Havendo empate entre 02 (duas) ou mais propostas selecionadas para a fase de lances realizar-se-á o sorteio para definir a ordem da apresentação dos lances.

8.2. DA FASE DE LANCES:

8.2.1. O Pregoeiro convocará as Licitantes selecionadas conforme subitem 8.1.7 para apresentação de lances verbais, de forma sucessiva, de valores distintos e decrescentes, iniciando-se pelo autor da proposta de maior preço, seguindo-se das demais em ordem decrescente de valor.

8.2.1.1. Para a fase de Lances será utilizado, exclusivamente, o critério de **MENOR PREÇO GLOBAL MENSAL**.

8.2.2. O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para a fase de formulação de lances verbais, mediante prévia comunicação aos licitantes e expressa menção na ata da sessão.

8.2.3. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução mínima entre os lances quando estabelecida pelo Pregoeiro.

8.2.4. Não havendo mais interesse das Licitantes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, exclusivamente pelo critério de **MENOR PREÇO GLOBAL MENSAL**.

8.2.5. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará a exclusão da licitante da etapa de lances verbais e a manutenção do último preço apresentado pela Licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.2.6. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, **o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua executabilidade, bem como, quanto ao cumprimento das especificações do objeto.**

8.2.7. Caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de Licitantes qualificadas como Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada, nos termos do § 2º, do artigo 44, da Lei Complementar nº 123/2006.

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL - Nº 008/2017

8.2.8. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de enviar uma **última oferta para desempate**, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada e no prazo máximo de 05 (cinco) minutos, a contar do encerramento dos lances verbais.

8.2.9. Caso a Licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais Licitantes qualificadas como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.2.10. Tendo sido aceita a proposta de menor valor, será aberto o Envelope nº 02 contendo os Documentos de Habilitação.

8.3. DA HABILITAÇÃO:

8.3.1. Encerrada a etapa de lances da sessão pública, **o Pregoeiro abrirá o Envelope nº 02**, contendo os Documentos de Habilitação da Licitante que tiver formulado a melhor proposta de preços, para comprovar sua regularidade.

8.3.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da Licitante detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.3.2.1. Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF) e/ou Cadastro Central de Fornecedores do Estado de Mato Grosso do Sul (CCF/MS);

8.3.2.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.3.2.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

8.3.2.4. Lista de Inidôneos, mantida pela Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS;

8.3.3. **A consulta aos cadastros será realizada em nome da Licitante e também de seu sócio majoritário**, por analogia do disposto no artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3.4. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará a Licitante inabilitada, por falta de condição de participação.

8.3.5. Caso a Licitante apresente o **Certificado de Registro Cadastral (CERCA)** ou o **Certificado de Registro Cadastral (CRC)** o Pregoeiro, então, consultará, respectivamente, o Cadastro Central de Fornecedores do Estado de Mato Grosso do Sul (CCF/MS) e/ou o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF), em relação à **habilitação jurídica**, à **regularidade fiscal e trabalhista** e à **qualificação econômica financeira**, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2010 e Decreto Estadual nº 14.201/2015.

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL - Nº 008/2017

8.3.6. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando a Licitante esteja com alguma documentação **vencida, inválida ou inexistente** junto aos cadastros supracitados.

8.3.7. Se a proposta ou lance de menor valor do lote não for aceitável ou se a Licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

8.3.8. Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, a Licitante será declarada vencedora do certame.

8.4. DO RECURSO:

8.4.1. Declarado o vencedor, qualquer Licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer.

8.4.1.1. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de recorrer das Licitantes importará decadência do direito de recurso, conforme dispõe o artigo 4º, inciso XX, da Lei nº 10.520/2002.

8.4.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

8.4.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

8.4.2.2. **Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões.**

8.4.3. As demais Licitantes ficarão automaticamente intimadas a apresentar contrarrazões no prazo comum de 03 (três) dias, contados do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

8.4.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Divisão de Compras da Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS.

8.4.5. A apresentação das razões de recurso e das contrarrazões, assim como documentos complementares, ressalvada a hipótese do subitem anterior, deverá ser efetuada mediante protocolo junto à **Divisão de Compras** Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS, no horário de 08 às 16 horas (Horário do Mato Grosso do Sul).

8.4.6. Para fins de avaliação da tempestividade das razões recursais, serão consideradas tempestivas àquelas **recebidas pela Divisão de Compras** da Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS até o esgotamento do prazo recursal.

8.4.7. Os recursos e contrarrazões de recurso devem ser endereçados ao Pregoeiro, que poderá:

8.4.7.1. Motivadamente, reconsiderar a decisão;

8.4.7.2. Motivadamente, manter a decisão, encaminhando o recurso para a Autoridade Competente;

8.4.8. Não serão conhecidos os recursos quando não forem apresentadas as razões ou estas forem apresentadas fora dos prazos estabelecidos;

8.4.9. Os recursos terão efeito suspensivo e seu provimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, exceto quando manifestamente protelatórios ou quando o pregoeiro reconsiderar sua decisão;

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL - Nº 008/2017

8.4.10. As decisões de eventuais recursos serão divulgadas mediante publicação no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul e no site http://www.portal.uems.br/pro_reitoria/administracao/licitacoes.

8.5. ENCERRAMENTO DA SESSÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

8.5.1. Em não havendo manifestação acerca da intenção de interpor recurso, ou após o seu julgamento, **o Pregoeiro adjudicará o objeto do certame à empresa declarada vencedora.**

8.5.2. A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

8.5.3. Da reunião lavrar-se-á Ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que ao final, será assinada pelo Pregoeiro e pelas proponentes presentes.

8.5.4. O Pregoeiro ou a autoridade superior poderá pedir esclarecimentos e promover diligências em qualquer fase da Licitação e sempre que julgar necessário, fixando prazos para atendimento, destinados a elucidar ou complementar a instrução do processo.

8.5.5. Eventuais falhas, omissões ou irregularidades formais, desde que tais fatos sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou às demais Licitantes, poderão ser saneadas durante a sessão pública do Pregão.

8.5.6. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades previstas neste Edital.

8.5.7. Após constatada a regularidade dos atos procedimentais do presente certame pela autoridade competente, esta realizará a **Homologação** do mesmo, a qual será publicada em Diário Oficial do MS.

9. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1. A critério da Administração, **poderá ser exigida garantia** afim de assegurar a execução do Termo de Contrato ou outro instrumento hábil, bem como do próprio objeto.

9.2. Nos casos em que a Administração julgar necessária a exigência de garantia, esta deverá respeitar as cláusulas seguintes.

9.3. A Licitante prestará garantia nos moldes do artigo 56, da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, sendo liberada de acordo com as condições previstas no presente documento.

9.4. A Licitante deverá apresentar, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, contado da assinatura do Termo de Contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

9.4.1. O valor da garantia deverá corresponder a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato e terá o seu valor atualizado nas mesmas condições daquele, conforme disposto no artigo 56, §2º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

9.4.1.1. Fica assegurado à Administração o direito de elevar o limite da garantia para 10% (dez por cento) do valor total do contrato, nos termos do artigo 56, §3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL - Nº 008/2017

- 9.4.2. Caso o valor global da proposta da Licitante seja inferior a 80% (oitenta por cento) do menor valor a que se referem as alíneas “a” e “b” do § 1º do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 1993, será exigida, para a assinatura do **Termo de Contrato ou outro instrumento hábil**, prestação de garantia adicional, igual à diferença entre o menor valor calculado com base no citado dispositivo legal e o valor da correspondente proposta.
- 9.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 9.5.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do Termo de Contrato;
 - 9.5.2. Prejuízos diretos causados à **Contratante** decorrentes de culpa ou dolo durante o cumprimento do Termo de Contrato;
 - 9.5.3. Multas moratórias e punitivas aplicadas pela **Contratante** à Licitante; e
 - 9.5.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela Licitante, quando couber.
- 9.6. No caso de rescisão do **Termo de Contrato ou outro instrumento hábil**, por culpa da Licitante, não será devolvida a garantia, responsabilizando-se a Licitante por perdas e danos causados à Administração, além de sujeitar-se a outras penalidades previstas na lei.
- 9.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no artigo 19, inciso XIX, “c” da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008.
- 9.8. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Administração, em conta específica a ser fornecida pela mesma, com correção monetária.
- 9.9. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a **aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso**, observado o máximo de 2% (dois por cento).
- 9.10. O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe os incisos I e II do artigo 78 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 9.11. No caso de alteração do valor do **Termo de Contrato ou outro instrumento hábil**, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 9.12. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 9.13. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 9.14. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições.
- 9.15. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Licitante obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 9.16. A Administração executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 9.17. Será considerada extinta a garantia:

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL - Nº 008/2017

9.17.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da **Contratante**, mediante termo circunstanciado, de que a Licitante cumpriu todas as obrigações advinda do presente certame;

9.17.2. No prazo de 03 (três) meses após o cumprimento do Termo de Contrato ou outro instrumento hábil, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação.

9.18. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação.

9.18.1. Caso o pagamento das referidas verbas trabalhistas não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas;

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Após a homologação, **havendo ainda, por parte da Administração, interesse no cumprimento do objeto**, será realizada a contratação da Licitante vencedora, através de **Termo de Contrato**, prorrogável na forma dos art. 57, § 1º e 79, § 5º da Lei nº 8.666/9393.

10.2. **O Termo de Contrato terá vigência de 12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

10.3. A Administração poderá dispensar o Termo de Contrato e optar por substituí-lo por outros instrumentos hábeis, desde que o valor do objeto não esteja compreendido nos limites estabelecidos para as modalidades “Concorrência” e/ou “Tomada de Preços”, nos termos do artigo 62 da Lei 8.666/93.

10.3.1. Nos casos de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, a Administração poderá dispensar o Termo de Contrato e optar por substituí-lo por outros instrumentos hábeis, independentemente do valor do objeto, nos termos do §4º do artigo 62 da Lei 8.666/93.

10.4. **A Licitante vencedora terá:**

10.4.1. **O prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato**, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e seus anexos.

10.4.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá enviá-lo para assinatura mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico (e-mail), para que seja assinado e devolvido à Administração no prazo de até 03 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

10.4.1.2. O prazo para assinatura e devolução do Termo de Contrato poderá ser prorrogado, por igual período, de ofício ou por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.4.2. **O prazo estabelecido no item 2.4 do presente Edital, contado a partir do recebimento da Ordem de Execução de Serviço/Fornecimento, ou outro instrumento equivalente, para a efetivação da entrega/início da execução do objeto licitado**, sob pena de decair do direito ao cumprimento do mesmo, sem prejuízo das sanções previstas no presente documento.

10.5. Se a Licitante vencedora, no ato da assinatura do **Termo de Contrato**, não mantiver as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o mesmo, poderá ser convocada

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL - Nº 008/2017

outra Licitante, desde que respeitada a ordem de classificação e nas mesmas condições da proposta vencedora, sem prejuízo das sanções previstas em Lei.

10.6. A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital e seus anexos.

10.6.1. Se durante a execução do Termo de Contrato a Licitante deixar de possuir todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste edital e seus anexos, está será notificada para que regularize tal situação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da notificação, sob pena de Rescisão Contratual por culpa da Contratada.

10.7. As demais cláusulas relacionadas ao cumprimento do objeto estão previstas no **Termo de Referência** e no **Termo de Contrato**.

11. DA REPACTUAÇÃO

11.1. Serão admitidas repactuações dos preços dos serviços continuados contratados com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, desde que solicitado pela **Contratada** e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, devendo ser observadas as normas definidas na Minuta do Termo de Contrato (**Anexo XII**).

11.2. Como condição para a renovação do contrato deverão ser eliminados os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação;

12. DO PAGAMENTO E DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

12.1. O pagamento será efetuado, mensalmente, pela **Contratante**, nos moldes estabelecidos no **Termo de Contrato**, **até o 10º (décimo) dia do mês subsequente** à execução dos serviços, desde que o prazo não seja superior à 30 (trinta) dias, contados da apresentação da **Nota Fiscal/Fatura** contendo o detalhamento da execução do serviço.

12.2. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data final do período de adimplemento da parcela a que aquela se referir.

12.2.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Licitante providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a **Contratante**.

12.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado neste ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação à Ordem de Execução de Serviço/Fornecimento e/ou Termo de Contrato a que se referir.

12.4. Será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Licitante:

12.4.1. Não produziu os resultados acordados;

12.4.2. Deixou de executar o objeto do presente certame, ou não o executou com a qualidade mínima exigida, ou;

12.4.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

12.5. Quando verificado que a **Contratada** deixou de efetuar o pagamento das verbas trabalhistas devidas aos trabalhadores vinculados à prestação de serviço, a **Contratante** poderá realizar o provisionamento de valores

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL - Nº 008/2017

para o pagamento de férias, décimo terceiro salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da **Contratada**, os quais serão depositados pela **Contratante** em conta vinculada específica ou judicialmente, conforme for o caso.

12.6. O pagamento será efetuado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Licitante.

12.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária.

12.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.8.1. A Licitante regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.9. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Licitante não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela **Contratante**, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{TX}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

12.10. A Licitante ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas, os acréscimos ou supressões definidas no art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 a Licitante que deixar de cumprir total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação, ensejar o retardamento da execução do objeto, fraudar a execução do Termo de Contrato, comportar-se de modo inidôneo, cometer fraude fiscal e/ou não mantiver a proposta;

13.2. A Licitante que cometer qualquer das infrações acima discriminadas ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. **Advertência por escrito**, em decorrência de faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a **Contratante**;

13.2.2. **Multa administrativa**:

13.2.2.1. **Moratória** no percentual de 0,2% (zero virgula dois por cento) por dia de atraso, sobre o valor da parcela inadimplida, quando deixar de cumprir a obrigação assumida no prazo estabelecido até o máximo de 10 (dez) dias, a partir do qual poderá a Administração considerar inadimplida a obrigação, ensejando, a consequente rescisão do Termo de Contrato ou outro instrumento equivalente, independentemente da cobrança de multa compensatória.

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL - Nº 008/2017

13.2.2.2. **Compensatória** no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Termo de Contrato ou outro documento equivalente, independente e cumulativa, no caso de inexecução total do objeto.

13.2.2.2.1. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

13.2.2.2.2. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

13.2.3. **Suspensão de licitar** e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração opera e atua concretamente, pelo prazo de até 02 (dois) anos.

13.2.4. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Licitante ressarcir a Administração pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

13.3. A aplicação de multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o Termo de Contrato e aplique as outras sanções cabíveis.

13.4. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Termo de Contrato, após devidamente convocada, no prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

13.5. Desde já fica determinada a caracterização como **Falta Grave**, compreendida como falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário, do vale-transporte e do auxílio alimentação, que poderá dar ensejo à rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções aqui estipuladas.

13.6. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

13.7. Também fica sujeita às penalidades do artigo. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Licitante que:

13.7.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

13.7.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

13.7.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/93.

13.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.10. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Administração serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Administração, ou deduzidos da garantia, ou deduzidas das parcelas vencidas e ainda não pagas, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa Estadual e cobrados judicialmente.

13.10.1. Caso a Administração determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de até 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL - Nº 008/2017

13.11. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

14. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

14.1. Eventuais pedidos de esclarecimentos poderão ser enviados à Divisão de Compras, através do e-mail **licitacao@uems.br** e/ou **licitacaouems@gmail.com**.

14.1.1. Nos pedidos de esclarecimentos, os interessados deverão se identificar (CNPJ, Razão Social e nome do representante que pediu esclarecimentos, se pessoa jurídica e, CPF para pessoa física) e disponibilizar as informações para contato (endereço completo, telefone, fax e e-mail).

14.1.2. Os esclarecimentos serão prestados pela Divisão de Compras, por e-mail, àquele que tenha realizado a respectiva solicitação.

14.1.3. A Divisão de Compras se reserva ao direito de emitir Nota Técnica para esclarecer as dúvidas que julgar pertinente a todos os interessados no certame.

14.2. Qualquer cidadão poderá impugnar o presente edital em até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a abertura do certame devendo a Administração responde-la em até 24 (vinte e quatro) horas útil, contados a partir do recebimento da impugnação.

14.2.1. O prazo para resposta das impugnações poderá ser prorrogado, desde que justificado pela Administração.

14.2.2. As impugnações deverão ser encaminhadas ou entregues pessoalmente, no horário de 08 às 16 horas (Horário do Mato Grosso do Sul), à Fundação Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul – UEMS, situada na Cidade Universitária de Dourados, Rodovia Dourados/Itahum, Km 12, Caixa Postal 351, CEP 79804-970, Dourados/MS, e deverão ser endereçadas à Divisão de Compras, através do Setor de Protocolo desta Instituição.

14.2.3. Acolhida ou não a impugnação contra o ato convocatório, a decisão será publicada em Diário Oficial do MS e no site http://www.portal.uems.br/pro_reitoria/administracao/licitacoes.

14.2.4. Para fins de avaliação da tempestividade da impugnação, será considerada tempestiva a impugnação **recebida pela Divisão de Compras** da Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS **até 02 (dois) dias úteis da data fixada para a abertura do certame**.

14.2.5. A impugnação poderá ou não ser recebida com efeito suspensivo, à critério da Administração.

14.2.6. Qualquer modificação no Edital, decorrente de impugnação e/ou esclarecimento, exige divulgação pelo mesmo veículo de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo para impugnações, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. As normas disciplinadoras deste Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

15.2. A Administração reserva-se o direito de transferir o prazo para o recebimento e abertura das propostas descabendo, em tais casos, direito à indenização pelas Licitantes.

15.3. O presente edital e seus anexos deverão ser lidos na íntegra, não sendo aceitas, a qualquer tempo, alegações de desconhecimento.

EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL - Nº 008/2017

15.4. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do certame, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do valor ofertado, bem como solicitar a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

15.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.6. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15.7. As Licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.8. A participação na licitação implica plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste instrumento convocatório e seus Anexos, bem como da obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

15.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para data futura, à qual será devidamente comunicada por meio de publicação em Diário Oficial e pelo site http://www.portal.uems.br/pro_reitoria/administracao/licitacoes, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em sentido contrário.

15.10. Após a abertura do certame, não cabe desistência da proposta ou dos lances ofertados, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

15.11. As Licitantes, ainda que tenham retirado este Edital via internet, deverão acompanhar as publicações do presente processo licitatório por meio do Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul e no endereço eletrônico da Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS (http://www.portal.uems.br/pro_reitoria/administracao/licitacoes).

15.12. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.13. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital e seus anexos será o da Seção Judiciária de Dourados/MS-Justiça Estadual, com exclusão de qualquer outro.

15.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico http://www.portal.uems.br/pro_reitoria/administracao/licitacoes.

15.15. A aquisição pessoal do presente edital se dará **apenas por meio de recursos de mídia digital**, tais como, CD, DVD e/ou Pen Drive, os quais devem ser fornecidos pela Licitante, podendo esta ser realizada junto à Divisão de Compras, da Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 16:00 horas, mesmo horário e local onde os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados e onde será recebida a documentação exigida no presente Edital e seus anexos.

15.16. São partes integrantes deste Edital, o Termo de Referência (Anexo I), o Orçamento Prévio (Anexo II), o Modelo de Proposta (Anexo III), as Planilhas de Custo (Anexos IV-A.1, IV-A.2, IV-A.3, IV-B, IV-C e IV-D), a Declaração para Credenciamento (Anexo V), a Declaração de ME e EPP (Anexo VI), a Declaração de Proposta Independente (Anexo VII), a Declaração de Vistoria Técnica (Anexo VIII), as Declarações exigidas pela Proposta (Anexo IX), as Declarações Exigidas Para Habilitação (Anexo X), a Declaração de Contratos Firmados (Anexo XI), a Minuta de Termo de Contrato (Anexo XII), a Ficha Cadastral de Pessoa Jurídica (Anexo XIII-A), a Ficha Cadastral de Pessoa Física (Anexo XIII-B) e Checklist (Anexo XIV).



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DIVISÃO DE COMPRAS



EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL - Nº 008/2017

- 15.17. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 15.18. Os casos omissos quanto ao presente Edital e seus anexos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

Dourados – MS, 06 de novembro de 2017.

Tiago de Lima Marinho
Chefe da Divisão de Compras/UEMS